

Câmara de S. Caetano se cala sobre licitação

Legislativo mantém silêncio em relação à contratação de empresa que fará segurança do prédio

ARTUR RODRIGUES

arturrodrigues@dgabc.com.br

Três meses depois de abrir licitação para contratação de empresa que ficará responsável pelo serviço de segurança do prédio do Poder Legislativo, a Câmara de São Caetano faz mistério com relação à aplicação do contrato. O presidente da Casa, Tite Campanella (Cidadania), assinou a adjudicação e homologação do certame à empresa Kelson & Kelson Vigilância Eireli no dia 17 de agosto, mas a segurança ainda é feita pela GCM (Guarda Civil Municipal).

De acordo com o edital de convocação, o contrato deveria ter sido assinado em até cinco dias após a adjudicação e homologação. Uma fonte de dentro da Câmara relatou à reportagem que já houve a assinatura, mas a assessoria da casa, o presidente e o primeiro-secretário, Cichinho (PL), não forneceram qualquer informação.

A Lei de Licitações e Contratos Administrativos garante que “a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial será providenciada pela administração até o quinto dia útil do



SILÊNCIO. Presidente da Câmara, Tite Campanella não dá respostas

mês seguinte ao de sua assinatura”.

O advogado Renato Alisson de Souza, coordenador do Observatório Social de São Caetano, entrou com pedido de esclarecimento através da Lei de Acesso à Informação, após a Câmara não responder às solicitações da entidade. De acordo com Renato, se houve a assinatura e esta ainda não foi informada na imprensa oficial, a lei não está sendo cumprida.

“O artigo 26 da lei de licitações é mais um vetor da administração pública e diz respeito à obrigação de dar publicidade, de levar ao conhecimento de todos os seus atos, contratos ou instrumentos jurídicos. Isso dá transparência e confere a qualquer pessoa a possibilidade de acompanhar, questionar e controlar toda a atividade administrativa, em especial quanto às licitações”, afirmou Renato.

O Diário entrou em contato com a empresa vencedora do certame, mas também não obteve resposta.

SUPERFATURAMENTO

Em junho, o Observatório Social de São Caetano entrou com representação no MP-SP (Ministério Público de São Paulo) por entender que houve supostas irregularidades na elaboração do edital, realizada pela gestão Tite Campanella à frente do Legislativo.

O coordenador do Observatório disse ao Diário que chamou a atenção da instituição o alto valor que constava no edital de chamamento, que estipulava quase R\$ 1,3 milhão para a contratação de empresa de segurança.

“O valor da licitação indica possível fraude. Por esse motivo pedi ao MP que abra inquérito e que acompanhe todo o processo do certame”, declarou Renato.

Após a denúncia, a Câmara fixou o valor em R\$ 720 mil e declarou a Kelson & Kelson Vigilância Eireli como vencedora. Renato informou que o MP-SP não abriu inquérito, mas ainda questiona o valor. “Há discussão se esse novo montante é exequível”, afirmou o advogado.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Página: 3